

O Brasil Pandêmico visitado na distopia 1984 de George Orwell

Caio Luís Chiariello¹

Resumo

O presente artigo apresenta uma contextualização do cenário brasileiro de 2020, em meio a mais grave pandemia dos últimos 100 anos, à luz da obra distópica 1984 de George Orwell, ficção sobre um futuro totalitário e opressor, publicada em 1949. Buscou-se elencar elementos da obra que apontam similaridades com o caso brasileiro, como a evocação de uma narrativa de ódio a opositores, gestão executiva destoando de sua missão institucional, uso deliberado de inverdades colocadas a público. As peças de acusação Dois Minutos de Ódio; Os Anti-ministérios e o Falseamento da verdade, extraídas de 1984, buscam expor tais similaridades.

Palavras-chaves: distopia; 1984; cenário brasileiro.

Resumen

El presente artículo presenta una contextualización del escenario brasileño de 2020, en medio de la pandemia más grave de los últimos 100 años, como se refiere en el libro distópico 1984 de George Orwell, una ficción sobre un futuro totalitario y opresivo, publicada en 1949. Intentamos enumerar elementos del libro que apuntan similitudes con el actual gobierno brasileño, como la narrativa de odio hacia sus opositores, la gestión federal en desacuerdo con su misión institucional, el uso deliberado de falsedades. La acusación contiene Dos minutos de odio; Anti-Ministerios e la Falsificación de la verdad, extraídos de 1984, busca exponer tales similitudes.

Palabras clave: distopia; 1984; escenario brasileño.

Abstract

This article presents the Brazilian context on 2020, in the middle of the most serious pandemic of the last 100 years, and intends to understand this context from dystopian 1984 by George Orwell, a fiction story about a totalitarian and oppressive future, published in 1949. Many elements on 1984 points similarities with the Brazilian context on 2020, such as hate speech against opponents, ministries disagreeing with its institutional mission, ante the untruth said to the whole society. The accusation plays Two Minutes of Hate; Anti-Ministries and Untruth, taken from 1984, seek to expose such similarities.

Keywords: dystopian; 1984; Brazilian context.

¹ Doutor e mestre em Engenharia de Produção pela UFSCAR.
mudomundo@gmail.com



Introdução

Este texto, elaborado sob a forma de um artigo/ensaio tem por objetivo refletir acerca da realidade brasileira, suas dimensões política, moral, pandêmica, a partir do resgate parcial da obra *1984* de George Orwell. O livro apresenta uma distopia repleta de apontamentos passíveis de similitudes com acontecimentos e fenômenos recentes que vem ocorrendo, pontualmente no primeiro semestre de 2020, no mundo e em especial no Brasil, com a ascensão da onda conservadora e de extrema-direita, reeditando fragmentos já conhecidos dos totalitarismos experimentados ao longo do século XX. Este texto apresenta uma introdução contendo breve explanação dos conceitos de utopia e distopia, seu papel na literatura bem como na apreciação de cenários construídos pelo par antitético futuro promissor-futuro desolador.

Em seguida, serão debatidas três peças de acusação especificamente a respeito da obra *1984*, em um exercício de aproximar a percepção distópica do livro conjugando com a realidade brasileira do começo da segunda década do século XXI. As peças de acusação são: *Os dois minutos de ódio*; *Os Anti-Ministérios*; *O falseamento da verdade*. Estas peças de acusação indicam alinhamentos do caso brasileiro com a visão orwelliana de um método na imposição do autoritarismo em um mundo despótico, sombrio e aterrador.

Para efeitos explicativos, a realidade brasileira se manifesta de forma sufocante desde a incursão exitosa da extrema-direita representada pelo bolsonarismo e seu ícone, o Presidente da República, eleito em 2018. A ascensão meteórica do discurso ultraliberal na economia, conservador nos costumes e propondo a galvanização entre religião e Estado adentrou em certa medida nos corações e mentes de parcelas consideráveis da população, nos mais distintos extratos sociais. Esta *blitzkrieg* fomentada por lideranças e por seguidores da pauta de extrema-direita remete à *débâcle* de um projeto político de implantação de políticas de governo - não de Estado - minimamente mitigadoras do hiato social que assola o Brasil desde sua gênese ocidental. Por meio de ações reparadoras, políticas sociais foram direcionadas às frações mais fragilizadas da sociedade, como programas de transferência de renda, acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis, ingresso em ambientes elitistas como Universidades e Serviço Público por meio de cotas para Pretos, Pardos, egressos do ensino público e pessoas de baixa renda, dentre outras. Aparentemente, tais políticas, em que pese seus



resultados paliativos, que não questionaram as estruturas da formação do caráter socialmente injusto do Brasil, foram de fato inéditas, e soaram como um alerta para o estamento das classes dominantes, enquanto questionamento da histórica distinção de classes no Brasil. A virulenta reação destas classes dominantes se deu por meio da proposição do recrudescimento das políticas pública inclusivas, que seriam embebidas de corrupção, vitimismo e inchaço do Estado paquidérmico.

O discurso do retorno a uma *belle époque* conservadora, a um passado restaurado, parece ter entrado em uma espiral de verossimilhança no imaginário de mais de 57 milhões de eleitores, e temos então o esfacelamento progressivo de iniciativas que vislumbraram somente reduzir o abismo social, um abismo engendrado lentamente ao longo de nossa *belle époque*. Esta é a distopia brasileira.

Utopias e Distopias

A Utopia, ilha ficcional apresentada ao mundo na obra homônima de Thomas Morus inaugura um conceito, do não-lugar, inexistente, senão na pretensão e no exercício de se arquitetar um futuro melhor, mas ainda um não-lugar, distante e hipotético (MORUS, 1988). “A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” (GALEANO, 1994, p.330). Esta busca incessante pelo ideal utópico, não raro foi tomado por ilação de um mundo impossível, apenas imaginável e ideal, produto da ilusão romântica de que o homem é bom por natureza, mas o mundo o corrompe (ROUSSEAU, 2013), quando na realidade o homem seria o próprio lobo do homem (HOBBS, 1974). Desta seara desesperançada advém a construção da Distopia, par simétrico mas borrado e invertido da Utopia, elaborada a partir justamente da constatação de que se houver um horizonte para onde se caminha, ele é sombrio, desarmônico, autoritário. A imagem do futuro seria uma bota pisando no rosto humano (ORWELL, 2016). Dentre alguns autores distópicos, que descrevem um porvir pouco animador, destacam-se Aldus Huxley, com a obra lisérgica *Admirável Mundo Novo*, e *A Ilha*; Ray Bradbury e seu incendiário *Fahrenheit 451*; Antony Burgess com o perturbador *Laranja Mecânica*; além de George Orwell e a paródia Stalinista *A Revolução dos Bichos* e sua obra seminal, objeto deste ensaio, o libelo distópico 1984.



Os conceitos de utopia e distopia, embora pareçam diametrais, possuem vasos comunicantes, pois germinam do mesmo embrião: a construção de cenários futuros para a humanidade. Que podem ser venturosos, desastrosos, mas transitam em um gradiente entre utopia e distopia. Nas palavras de Berriel (2005, p.1)

É bem sabido que a distopia nasceu da utopia, e que ambas expressões são estreitamente ligadas. Há em toda utopia um elemento distópico, expresso ou tácito, e vice-versa. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita. A distopia, que revela o medo da opressão totalizante, pode ser vista como o oposto especular da própria utopia.

Neste sentido, tanto a utopia quanto a distopia, ao esboçar cenários futuros, dão cores diferentes para uma história que nunca aconteceu, mas que poderá se concretizar, destoando de sua direção, se luminosa ou grotesca.

Adentrando no objeto deste texto, a concretização da distopia, do cenário caótico, emerge da obra *1984*. De autoria de George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, o livro foi publicado em 1949, e antevê um mundo distópico após 35 anos de sua publicação. *1984* retrata, resumidamente, uma história de amor entre Winston e Julia. Tem enredo pouco sofisticado, de idas e vindas, espasmos de paixão sucedidos por indiferença, ousadia e medo. Mas o pano de fundo do romance é o âmago da obra: a opressão de um governo despótico, total, com um Partido único, o Socing - Socialismo Inglês, articulado em uma Oceania que aparentemente contempla toda a Europa. A estória se passa na Londres inglesa renomeada como Pista de Pouso Número 1. O partido monitora todas as ações da sociedade, por meio de seu tentáculo mais invasivo, o Grande Irmão, impresso nas teletelas presentes em todas as casas, espaços comuns, na relva. Controla desde as atividades de trabalho, a produtividade, passando pelos exercícios matinais, os passeios, os relacionamentos, a vida ao longo das 24 horas diárias. O Grande Irmão inibe a reflexão, a crítica, a revolta, mas também a libido, as relações pessoais, a vida.

Mesmo sob os olhos do Grande Irmão, Winston e Julia arranjam de se encontrar, de vivenciar a experiência semi-libertária do amor, do sexo, da cumplicidade, ao mesmo tempo que se rebelam contra o Socing. Buscam



auxílio em um pretense grupo ilicitamente opositor, mas que se mostra justamente situacional, prendendo o casal e os submetendo a torturas físicas e psíquicas, lobotomizando a relação. A atmosfera enclausurante da obra, a autodisciplina a que a maioria da sociedade se sujeita, questionando os próprios pensamentos, inibindo um dupli-pensar, que seria a reflexão, a percepção do real, transpassa as páginas do livro, culminando com a adesão do casal à devoção ao Grande Irmão, apagando voluntariamente sua própria história. Não há o que se possa fazer. A bota permanece sob o rosto do homem.

E como e quando *1984* desembarca na realidade brasileira na segunda década do século XXI? Recorremos a um elemento constituinte da história brasileira: seu atraso. O Brasil foi o último país das Américas a abolir, em 1888, e formalmente apenas, a escravidão negra. Foi dos últimos a instituir a República, também apenas em seu contorno. Igualmente teve seu processo de industrialização a reboque de outros países, um capitalismo tardio (CARVALHO DE MELLO, 2004), assimilando com retardo o americanismo e o fordismo (GRAMSCI, 2001), os modelos de produção e trabalho dinamizados em outras economias. Não se podia exigir que a distopia Orwelliana aportasse por aqui no prazo estipulado pelo autor. Teve que esperar outros 35 anos para a epifania bolsonarista trazer, explicitamente, os elementos crus da Oceania, do pensamento único do Soving, a alusão ao regime total.

As peças de acusação

As peças de acusação abaixo apresentam recortes da obra *1984* passíveis de verificação de semelhança com linhas de atuação do movimento em torno do atual governo federal brasileiro. Tais peças são elaboradas a partir de trechos da obra de Orwell e que apontam para uma deliberada proposição do autoritarismo, quando observa-se a inoculação do discurso de ódio ao longo dos 'dois minutos', na inversão da missão de Ministérios do executivo, além da proposição de inversão de valores e verdades. Esta vontade do Soving, em nada tem de fortuito ou circunstancial, mas se consubstancia como método, um modelo de gestão. Trazendo para o caso brasileiro recente, este método, no caso a gestão do caos, nos permite observar pontos de intersecção, vasos comunicantes entre a obra orwelliana e nossa presente situação.



Os dois minutos de ódio

Eram quase onze horas da manhã, e no departamento de documentação, onde Winston trabalhava, já arrastavam as cadeiras para Dora das estações de trabalho para reuni-las no centro do salão, na frente da grande teletela, nos preparativos para os Dois minutos de ódio. [...] Não fazia nem meio minuto que o Ódio havia começado e metade das pessoas presentes já começavam a emitir exclamações incontroláveis de fúria. [...] Em seu segundo minuto, o Ódio virou desvario. As pessoas pulavam em seus lugares, gritando com toda a força de seus pulmões no esforço de afogar a exasperante voz estentórea que saía da teletela. Uma mulher esguia e ruiva adquirira uma tonalidade rosa-vivo, e sua boca se abria e se fechava como a boca de um peixe fora d'água [...] A garota de cabelo escuro sentada atrás de Winston começava a gritar "Porco! Porco! Porco!, e de repente apanhou um dicionário de Novafala e arremessou-o contra a tela. [...] O mais horrível dos Dois Minutos de Ódio não era o fato de a pessoa ser obrigada a desempenhar um papel, mas de ser impossível manter-se à margem. Depois de trinta segundos, já não era preciso fingir. Um êxtase horrendo de medo e sentimento de vingança, um desejo de matar, de torturar, de afundar rostos com uma marreta, parecia circular pela platéia inteira como uma corrente elétrica, transformando as pessoas, mesmo contra sua vontade, em malucos a berrar, rostos deformados pela fúria. Mesmo assim, a raiva que as pessoas sentiam era uma emoção abstrata, sem direção, que podia ser transferida de um objeto para outro como a chama de um maçarico (ORWELL, 2016, pp. 23-25).

Os Dois Minutos de Ódio era uma ação coletiva, institucional, histórica, catártica, mas normalmente inculcada nos ritos administrativos das organizações da Oceania. Era corriqueiro, da rotina, como rituais de fumar um cigarro, tomar um café, fazer a siesta. Transcorria diariamente, com a função de expurgar fraternalmente a ira, a bÍlis, renovar os votos com o partido, com o Grande Irmão. Os Dois Minutos de Ódio eram dirigidos a um inimigo externo comum, fosse Goldstein, fosse Lestásia, Eurásia, que se alternavam como algozes. Se o rito é a atualização de um mito (ELIADE,



1988), o mito a atualizar era o da união, da verdade única e galvanizadora representada pelo Partido, destroçando seus inimigos, ainda que imaginários. Tanto que, findo os Dois Minutos de Ódio, todos se acalmavam e reverenciavam o Socing.

Transportando os Dois Minutos de Ódio para a *terra brasilis*, não há como não pensar no chamado *Cercadinho do Alvorada*, reunião de apoiadores e seguidores do 'mito' Bolsonaro, que diariamente se apresenta nas cercanias do Palácio do Alvorada. São triados, orientados, organizados para ser a claque da teletela que se dá ao vivo e a cores, com a verborragia do mandatário contra a imprensa, contra o comunismo, contra o inimigo comum, e que desperta nos participantes rompantes de devoção cega, histeria coletiva, condescendência a toda palavra do seu líder. Não raro os presentes dirigem palavras de ordem e de ódio à cobertura jornalística *in loco*, admoestando, aterrorizando, cumprindo seus Dois Minutos, e ao fim, extasiados, retornam para suas rotinas. Mas neste evento, também nem tudo é autêntico. Muitos dos presentes querem subir seus vídeos nos seus canais de Youtube, quem sabe ser agraciado com verbas da publicidade oficial, oxalá um cargo comissionado.

Outra dimensão dos 'Dois Minutos de Ódio' se dá nas redes sociais. Os ataques à reputação, ofensas, ameaças, intimidações, são espasmos dos Dois Minutos manifestados na outra teletela, dos notebooks e celulares, em que se destila a ira devidamente protegida por certo anonimato. Esta difusão do ódio, para além de reverberar, tem o condão de formar um coletivo, de agregar e dar uma razão comum para coexistência. Identificam-se, confraternizam, partilham de um ideal, de uma visão de mundo, ainda que torpe, perverso, mas que viabiliza uma ligação forte, uma verdadeira irmandade.

Os Anti-Ministérios

As projeções do Ministério da Pujança, por exemplo, indicavam que a produção trimestral de botas chegaria a cento e quarenta e cinco milhões de pares. A produção efetiva ficara em sessenta e dois milhões. [...] era bem provável que nem um mísero par de botas tivesse sido produzido. Mais provável ainda era que ninguém soubesse quantos pares haviam sido produzidos, nem fizesse questão de saber. O que se sabia era sem sombra de dúvidas era que todos os trimestres uma quantidade astronômica de botas



era produzida no papel, enquanto possivelmente metade da população da Oceania andava descalça pelas ruas (ORWELL, 2016, p.55).

O Departamento de Documentação não passava de um ramo do Ministério da Verdade, cuja função primeira não era reconstruir o passado e sim abastecer os cidadãos com jornais, filmes, livros escolares, programas de televisão, peças dramáticas, romances — com todo tipo imaginável de informação, ensino, ou entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas, de ortografia a dicionários de Novafala... Havia uma série de departamentos dedicados especificamente à literatura, à música, ao teatro em benefício do proletariado. Ali eram produzidos jornais populares contendo apenas e tão somente esportes, crimes e astrologia, romances sem qualidade, curtos e sensacionalistas, filmes com cenas e mais cenas de sexo e canções sentimentais compostas de forma totalmente mecânica por uma modalidade especial de caleidoscópio conhecida como versificador (ORWELL, 2016, pp.57-58).

Desses, o realmente mais apavorante era o Ministério do Amor. [...] era impossível entrar no prédio sem uma justificativa oficial, e mesmo nesses casos só transpondo um labirinto de novelos de arame farpado, portas de aço e ninhos ocultos de metralhadora. Mesmo as ruas que levavam até as barreiras externas eram percorridas por guardas com cara de gorila vestindo fardas negras e armados com cassetetes articulados (ORWELL, 2016, p.12).

Nos vastos laboratórios do Ministério da Paz e nas estações experimentais ocultas nas florestas do Brasil, ou no deserto australiano, ou em ilhas perdidas da Antártida, equipes de especialistas trabalham, incansáveis. Alguns se preocupam exclusivamente com o planejamento da logística de guerras futuras; outros criam bombas-foguete cada vez maiores e em maior quantidade (ORWELL, 2016, p.193).

Aqui, Orwell parece manejar um vôo rasante pela esplanada dos ministérios em Brasília. Ao detectar que na Oceania o Ministério da Pujança fomenta a escassez e a carestia; o Ministério da Verdade produz, edita e



dissemina mentiras; o Ministério do Amor espalha violência e tortura; e o Ministério da Paz promove a guerra, uma correlação de imediato pode ser feita, sem necessidade de muita arguição.

No Brasil do Governo Bolsonaro, para ilustrar alguns dos casos, o Ministério da Educação combate o conhecimento e a Ciência, beligeramente contra as Universidades, enxuga orçamento para ações educativas, desinforma. Um dos Ministros era truculento, iletrado, embora professor. Ofendia e hostilizava cânones da educação nacional, como Paulo Freire, enxovalhava os princípios de uma educação libertária e emancipatória, deseducando. Fugiu do país sem ser exilado.

O Ministério do Meio Ambiente é pró-desmatamento, grilagem, derrubada de árvores para instalação de pastagens, pleiteia o recuo da demarcação das terras indígenas, incentiva o crime, a invasão, o ilícito. O ministro de ocasião sugeriu aproveitar o contexto da pandemia, em que atenção da mídia se volta para o combate ao Covid-19, para 'passar a boiada' de desregulamentação ambiental, viabilizando o já latente desrespeito à legislação, em clara abordagem oportunista de quem coça as mãos esperando vinténs.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se posiciona contra os direitos humanos, favorável às composições patriarcais, sexistas. A ministra de ocasião defende um Estado confessional, atrasado, retrógrado e opressor.

O Ministério das Relações Exteriores, a Chancelaria, se guia em sua gestão pelo anti-globalismo, sugerindo um complô internacional comunista calcado em um marxismo cultural (???), se empenhando em um alinhamento subalternizado aos E.U.A, que por sua vez é presidido por um outro extremista de direita. Assim o Brasil, que ao longo dos anos sempre se colocou como mediador internacional, líder do bloco sul-americano, se apequena no cenário externo, enquanto vassalo dos interesses estadunidenses, assumindo-se como pária internacional

Por fim, o Ministério da Economia, o Super Ministério, é conduzido com uma pauta ultraliberal, exclusivamente pró mercado e de ataque aos direitos trabalhistas e qualquer regulação do Estado na proteção das classes menos favorecidas. Em resumo, uma pauta anti-pobre. A retirada de direitos no campo econômico tem o aval de um Ministro egresso da ditadura Chilena, dos laboratórios da Escola de Chicago, da especulação de fundos de pensões, sem a menor experiência na gestão pública e sem qualquer espírito



público que balize seus atos. Igualmente truculento, seu PhD internacional o credita a sumidade, mas apenas dentre seus pares no Executivo.

Os ministérios citados tem em comum a incumbência de inverter sua missão executiva. Quando políticas para a excelência na Educação, preservação do Meio Ambiente, promoção dos Direitos Humanos, relações externas altivas e melhoria na Economia passam a ser desfiguradas por orientações perversas na ação governamental, o mundo às avessas está institucionalizado, assim como no Oceania da obra Orwelliana.

O falseamento da verdade

À guisa de resposta, vieram-lhe à cabeça os três slogans estampados na fachada branca do Ministério da Verdade: GUERRA É PAZ LIBERDADE É ESCRAVIDÃO IGNORÂNCIAÉ FORÇA Tirou do bolso uma moeda de vinte e cinco centavos. Ali também, em letras minúsculas e precisas, estavam inscritos os mesmos slogans, e do outro lado da moeda via-se a cabeça do Grande Irmão. Até na moeda os olhos perseguiam a pessoa (ORWELL, 2016, p.32).

O Partido dizia que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido — se todos os registros contassem a mesma história —, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade”, era a designação adotada (ORWELL, 2016, p.40).

O'Brien levantou a mão esquerda e mostrou seu dorso para Winston, com o polegar escondido e os outros quatro dedos estendidos. “Quantos dedos tem aqui, Winston?” “Quatro.”



"E se o Partido disser que não são quatro, mas cinco — quantos dedos serão?" "Quatro." A palavra foi concluída com um gemido de dor. [...] "Quantos dedos, Winston?" "Quatro." O ponteiro saltou para sessenta. "Quantos dedos, Winston?" "Quatro! Quatro! Que mais posso dizer? Quatro!" [...] Tinha os dedos diante dos olhos, como colunas, enormes, desfocados e dando a impressão de vibrar, mas inequivocamente quatro. "Quantos dedos, Winston?" "Quatro! Pare, pare! Como pode continuar com isso? Quatro! Quatro!" "Quantos dedos, Winston?" "Cinco! Cinco! Cinco!" (ORWELL, 2016, p.246)

A relativização do real, a confusão das mentes, a aceitação do inaceitável, o descredenciamento dos princípios e dos valores morais, são encadeamentos de um processo de validação da mentira, do absurdo, da barbárie.

Tenta-se promover o jogo de alternância do inimigo de ocasião. A Oceania em aliança com a Eurásia guerreando contra a Lestásia, para em breve estar em aliança com a Lestásia e guerreando contra a Eurásia. Estabelece-se paz com a Lestásia, não... com a Eurásia... ou não novamente, paz, guerra, aliança, guerra de novo. A composição de um ambiente de constante beligerância e oposição a um inimigo difuso, ora um, ora outro, ora ambos, ora todos.

Nada mais atual do que o discurso que se verifica no Brasil bolsonarista. O inimigo são os comunistas, o inimigo são os esquerdistas. O inimigo é a OMS. O inimigo é a extrema-imprensa. O inimigo é Sergio Moro, mas que já foi amigo, mas que agora é inimigo, mas pode vir a ser amigo, mesmo sendo traidor, porque já foi herói. Mandetta é excelente, Mandetta é péssimo, Mandetta tem que sair, Mandetta tem de ficar. A China é comunista, o vírus é comunista. A China é parceira comercial, a China nem é tão comunista assim. A Europa é globalista, globalismo é ateu.

Por meio deste lusco-fusco operacionalizado pelo Presidente, com assessoria exímia do exército de blogueiros e sentinelas das redes sociais, opera-se a confusão das mentes, abastecida robustamente de desinformação, detração, difamação, mentira. Somente assim pode-se aventar que 'Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força'. Não basta aqui apenas maquiagem os dados, interpretar de forma enviesada os fatos, é preciso redefinir um mundo, começar do zero, resetar.



Daí a aposta alta em inverter completamente tudo o que for possível. “Tudo o que era sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX, 2015, p.18). Mostro-lhe quatro dedos, são quatro, mas, se limpar as lentes dos óculos, espremer um pouco os olhos, pode ser cinco, seis, dez, onze dedos nas duas mãos. A ciência deixa de ser central, o pensamento racional não mais conduz o fazer, as luzes ficam difusas. A terra é plana, vacina engana, a maior pandemia dos últimos 100 anos é uma gripezinha, as UTIs dos hospitais não estão lotadas, existe um complô universal, globalista, comunista, esquerdista, e o que lhe valha, com fins de manter a efervescência.

E a falsidade ideológica também está presente nesta ópera bufa do falseamento da verdade. Salpicam a todo momento distorções na composição do currículo de membros do primeiro escalão do executivo federal. O novo Ministro que anunciou em seu currículo que tem Doutorado, fez até Pós-doutorado, mas não concluiu sequer... o Doutorado; outro ministro que adensou seu currículo com um mestrado em Yale, sem nunca ter estado em Yale; ambos os casos de falsidade ideológica foram denunciados pelas instituições nas quais os ministros indicavam terem adquirido as titulações. Mas nada supera caso da ministra que, indagada em qual instituição realizara seu mestrado, rebateu dizendo que não carecia de instituição que chancelasse seu título, pois seu mestrado...era um ‘mestrado bíblico’. Estes casos ilustram, de maneira surreal, o método de manipulação de informações incompletas quando não totalmente falsas acerca da qualificação profissional, das competências daqueles que assumiram cargo da alta administração pública federal. Contudo, se refletirmos acerca da similitude ministerial da atual gestão com a ficção distópica de 1984, qualificação, competência, trajetória, respaldo técnico, pouco ou nada importam, desde que os mandatários exerçam os ordenamentos do poder central.

Entretanto, não basta falsear dados e informações sobre si mesmo. Urge falsear dados e informações sobre outrem, especialmente se forem aqueles declarados inimigos do poder. Daí entra em cena todo o arsenal digital de arquitetura da difamação, detração, inversão da verdade, mentira em estado puro, bem como a agressão, ameaça, imposição do terror. Este método é exponenciado com a pulverização das denominadas *Fake News*, notícias falsas, enviesadas, falseadas e não raro focadas na destruição da reputação do seu opositor, em sua aniquilação moral. Tal prática se



apresentou como *modus operandi* ao longo do processo eleitoral em 2018, aparentemente subsidiada com recursos vultuosos advindos de fontes anônimas. Tal *modus operandi* não se esgotou com a vitória no pleito e posse do atual governo, havendo claras suspeitas de sua operacionalidade de dentro do arcabouço administrativo, compondo o chamado Gabinete do Ódio, formado por assessores devidamente remunerados pelo erário. Tal grupo, orquestrando ações de blogueiros, *youtubers*, grupos de redes sociais, robôs que disparam e replicam mensagens distorcidas, tem alto custo, sendo um investimento considerável e um negócio exitoso. Ainda a este respeito, a normalização da mentira, do engodo, do falseamento, parece representar o âmago do atual governo, seu coração.

Mas, e a verdade, em que recôndito habita nestes tempos? Mas o que é a verdade senão a versão contada e recontada, girada em seu eixo, revirada novamente, a 90, 180, 360 graus. De forma ambiciosa o bolsonarismo se apropriou de uma passagem bíblica deveras relevante, esculpida no Novo Testamento, Livro de João, Capítulo 8, versículo 32: “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Contudo, também o excerto da sagrada escritura é removido do seu eixo, girado e maculado, pois se alinha muito mais com a verdade de Joseph Goebbels, executivo da propaganda Hitlerista, que vaticinou que uma mentira contada mil vezes se torna uma verdade.

Considerações Finais

Neste artigo, a obra ficcional *1984* foi colocada como lumiar para apontarmos aspectos distópicos na atualidade pandêmica brasileira, no que tange às pretensões autoritárias e totalitárias do governo de ocasião. Contudo, como já referido, uma utopia ou uma distopia faz referência a uma visão sobre o futuro, conjecturando, a partir de uma realidade dada, uma paisagem vindoura. Dessa forma, Orwell esboçou seu *1984* a partir da sua realidade de 1949, no pós Segunda Guerra Mundial, sua história testemunhada o levou a delinear sua distopia. E aqui, o caso brasileiro emerge em sua plenitude distópica.

O Brasil teve, como seu mito, seu real elemento fundador, a escravidão, indígena e negra, e não o iberismo ou a cordialidade, como sugere Holanda (1995). Por mais de três séculos pessoas foram relegadas a condição de propriedade privada, inventariadas como semoventes, comercializadas, compondo um ativo, e forçadas por gerações a exercerem



atividade laboral sob o julgo da violência e do terror. Certamente o regime totalitário mais longo da história recente. A posse e o domínio dos corpos, o deliberado desdém para com vidas, é o cimento sob o qual se assenta, em grande parte, a formação social e econômica nacional. Mesmo com a abolição formal da escravidão dos negros 1888, nunca houve de fato sua assimilação isonômica nos contingentes de mão de obra assalariada, nos estamentos das organizações privadas e governamentais, no acesso aos já poucos direitos sociais. Uma cidadania negada a uma fração majoritária da população resultou no abandono, exclusão material e espacial, supressão de condições de acesso educacional e cultural. Paralelamente, como dispositivo de manutenção do quadro excludente, tem-se a violência concreta e cotidiana como resguardo da subalternidade secularmente imposta, bem como a violência simbólica travestida sob o racismo estrutural e metabolizado na sociedade.

Um país com este breve registro histórico, para além de outras mazelas, já seria enredo para a confecção de uma robusta distopia. Tendo o racismo como elemento fundador, em sua dimensão estrutural, o atual governo de certa forma caberia em uma obra distópica sobre o Brasil que fosse escrita ao longo dos séculos XIX, início do Século XX, quem sabe mesmo no ano de 1949, concomitante à obra de Orwell. A obra 2020 retrataria um encontro do Brasil com sua própria história, uma história profunda, sombria, marcada pela escravidão, processo totalitário por excelência, transitando por uma república mal proclamada, uma alternância de processos ditatoriais e democracias breves e incompletas, mesmo com governos de feições populares, mas que não desfizeram as nódoas da desigualdade extrema, do subdesenvolvimento excludente, do poder econômico das classes dominantes, legatários dos senhores de escravos assoleirados na Casa Grande. Este encontro do Brasil consigo, o seu racismo, o patriarcalismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, o ódio aos pobres, em suma, seu desprojeto de nação, não poderia resultar em outra coisa que não uma distopia totalitária, ademais com uma pandemia para agudizá-la. Para além das peças acusatórias extraídas aqui do Livro *1984*, outras tantas outras peças poderiam ser confeccionadas.

Contudo, aqui me valho mais uma vez de Orwell para finalizar este texto. Após um final aterrador e desesperançoso, *1984* traz ao fim um Apêndice, com considerações acerca da Novalingua, uma prodigiosa reconfiguração do inglês pelo Socing, para também moldar a linguagem e ato contínuo o pensamento. Este apêndice é narrado em terceira pessoa e



discorre como a Oceania planejava adotar plenamente a Novalíngua até 2050, o que, no entanto, não aconteceu, apontando assim para a decadência do regime totalitário nos anos que se seguiram a 1984. Como se vindo de um tempo futuro, esta narração nos brinda com um cenário em que o regime fora suprimido, descrevendo apenas sobre as pretensões frustradas na adoção da nova linguagem, o que não se concretizou. De forma magistral, Orwell alterna a distopia com a utopia, indicando um futuro liberto do horror totalitário e opressor, abrindo caminho para outras possibilidades de veras libertárias, utópicas. Quiçá um apêndice futuro possa ser escrito sobre nosso 2020, narrando como, em tempos longínquos, tivemos a chaga da escravidão, de ditaduras, regimes totalitários, proto-fascistas, uma pandemia trágica, mas nos emancipamos disto, relegando de maneira pedagógica estes acontecimentos para o escaninho da história.

Referências

- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Utopia, distopia e história*. Editorial da MORUS – Utopia e Renascimento. Campinas: 2005.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 22: Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raizes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Porto Alegre: LP&M, 2015.
- MORUS, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

Recebido em 29 jun. 2020 | aceite em 15 set. 2020

